



prefeitura de  
**PORTO ALEGRE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**  
**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº 39 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 15 de junho de 2021.

**Recurso nº** 003701-21-83

**Recorrente:** F. P.

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SMDET

**Relator:** Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas - SMAP/DGPES

## **1. Relatório**

### **1.1 Resumo do pedido original**

Solicita o requerente um relatório ou base de dados com o número de negócios fechados em Porto Alegre no segmento de Bares, Pubs e Casas de Show durante os últimos 5 anos, de 2016 a 2020, conforme recurso 13601506.

### **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

A SMDET informou que com o advento da Declaração Municipal de Liberdade Econômica (LC [876/2020](#)) e a Lei Federal [13.874/19](#), as atividades discriminadas na solicitação foram dispensadas de licenciamento para o exercício da atividade por serem classificadas de baixo risco, conforme Resolução CGSIM nº [51/2019](#).

A SMDET esclarece ainda que as informações fornecidas referem-se exclusivamente a empresas que possuíam alvarás nesse período e que solicitaram cancelamento por encerramento de atividades, podendo fornecer essas informações ao requerente.

Foram gerados documentos em resposta ao requerente no formato PDF (Portable Document Format), um formato de documento de padrão aberto, mantido pela International Organization of Standardization (ISO).

### **1.3 Razões do recorrente**

No recurso à CMRI o requerente alega que não conseguiu baixar os arquivos anexos enviados e que deveria haver algum problema com os mesmos. A servidora da SMDET informou que não poderia enviar novamente os anexos pelo sistema pela indisponibilidade do recurso técnico para tal.

## **2. Análise de admissibilidade do recurso**

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da decisão, sendo dessa forma tempestivo e o requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

### 3. Análise do mérito

Considerando que as informações foram geradas e enviadas para o endereço eletrônico do requerente mas que pode ter havido algum problema para baixar os arquivos e considerando ainda que a demanda tramitou através do Processo SEI 21.0.000024456-0 e que as informações solicitadas constam no Despacho SE-SMDET 13450805, sugerimos que o Órgão Requerido gere um novo documento PDF por meio da impressão eletrônica do Despacho retro citado e envie por correio eletrônico para o endereço do requerente, constante no Documento SEI 13363892.

### 4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso.

### 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTc**

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 15/06/2021, às 15:07, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 15/06/2021, às 15:07, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 15/06/2021, às 15:08, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 15/06/2021, às 15:10, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 15/06/2021, às 15:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Dario da Silva Oliveira Junior, Servidor Público**, em 15/06/2021, às 15:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 15/06/2021, às 16:07, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 16/06/2021, às 12:10, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **14355889** e o código CRC **16614C5E**.

---